

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 2171, DE 2003

Dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa.

AUTOR: Deputado RUBENS OTONI

RELATORA: Deputada IARA BERNARDI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2171, de 2003, de autoria do nobre Deputado RUBENS OTONI, estabelece regras sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos que, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa, sintam-se impossibilitados de frequentar a escola e a realizar as provas escolares sob as condições das regras usuais aplicadas a todos.

Na Comissão de Educação e Cultura - CEC, onde o PL não recebeu emendas, cabe agora sua apreciação do ponto de vista do mérito educacional e cultural.

A tramitação da matéria dá-se pelo rito ordinário (art.52, R.I.), ficando a proposta sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RI).

II - VOTO DA RELATORA

A proposta do ilustre Deputado RUBENS OTONI baseia-se na Constituição Federal, art. 5º, incisos VI e VIII, para estabelecer regras de exceção, - no que diz respeito à frequência escolar e à realização de provas e outros trabalhos pedagógicos -, para aqueles alunos que, por motivos de consciência ou crença religiosa, se sintam impedidos de atender aos ditames escolares ditados pelas regras a que todos estão sujeitos.

A proposição em apreço irá beneficiar a todos os estudantes que professam religiões diferentes da dominante, a Católica Apostólica Romana, ou seja, dentre outras, religiões como as Protestantes, Adventistas do Sétimo Dia, Batistas do Sétimo Dia e Judaica.

Dadas as alegações apresentadas na Justificação do PL em exame, com amparo constitucional, há que se reconhecer o valor educacional e cultural do que é proposto.

Voto, portanto, pela aprovação, - no julgamento de mérito educacional e cultural que compete exclusivamente à CEC -, do Projeto de Lei nº 2171, de 2003, de autoria do ilustre Deputado RUBENS OTONI.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2004.

Deputada IARA BERNARDI

Relatora